

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 18 DE FEVEREIRO DE 1998

Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Professora Ruth Cardoso; Senhor Presidente da Câmara, Michel Temer; Senhor Deputado Paulo Bornhausen, que é o autor do projeto; Senhor Líder Inocêncio Oliveira; Senhor Senador Lobão; Senhor Miguel Darcy de Oliveira, do Conselho; Senhores Conselheiros; Senhores Membros do Projeto Universidade Solidária; Senhoras e Senhores,

Como o meu assessor diplomático levou o meu discurso, eu me permito ser breve e improvisar.

Eu acredito que a assinatura desta lei, a propositura desta lei, a sua aprovação pela Câmara e, agora, a sua sanção marcam algo significativo das transformações do Brasil.

É uma lei simples. Eu já anunciei aqui que é uma lei simples, mas diz o essencial. Primeiro, porque define o que é serviço voluntário, para evitar que haja alguma confusão entre formas de serviço que não seja, efetivamente, voluntário, que seja uma forma disfarçada de organização do trabalho. Segundo, porque, ao defini-lo, permite a descaracterização do vínculo trabalhista e, com isso, permite, realmente, a multipli-

cação de organizações não-governamentais que se dediquem ao trabalho voluntário.

Eu creio que, se não me falha a memória, isso é o fundamental da lei aprovada na Câmara. E o Conselheiro Miguel Darcy fez uma explicação muito ampla, cabal e competente do significado disso. Vejam. Ontem, aqui, ou numa outra sala deste palácio, eu recebi um grupo de empresários que, no Fórum da *Gazeta Mercantil*, também, trouxeram algumas sugestões a respeito de como se fazer para que a mobilização dos recursos gerados pela sociedade pudesse vir a ser apropriada por outros setores organizados da sociedade, que não apenas pelas empresas e pelo Estado. As empresas, via lucro e o Estado, via impostos. E propuseram que eles próprios poderiam participar da ação social direta.

Eu, ao fazer os comentários que tinha que fazer a respeito do tema, disse: muito bem, mas nós temos que entender que, no mundo moderno, não existem apenas Estado e empresa, existem trabalhadores organizados, sindicatos, existe uma massa imensa não organizada e existem muitas formas de organização que não são nem sindicato, nem empresa, nem burocracia estatal. Isso tem que ser mobilizado em conjunto. E disse também – aproveito para repetir – que, nos alvares do novo milênio, nós estamos assistindo à formação de outros tipos de sociedade, que não estão baseados, apenas, na oposição entre setores privados organizados, trabalhadores e empresários, nem na destes com o Estado. Não se trata, simplesmente, de uma discussão. Algo vai ser estatal, ou vai ser privado.

Nós estamos assistindo à formação do que se costuma chamar de terceiro setor: formas de associação, formas de sociabilidade que não se restringem à dicotomia clássica entre Estado e sociedade civil, à antiga. É a sociedade civil à moderna, ou seja, não apenas os setores produtores da sociedade civil no sentido mais amplo. São novas formas de sociabilidade.

Isso é muito importante, por quê? Porque sublinha a característica do mundo que está por nascer, ou que já está nascendo, que é um mundo no qual nós não podemos limitar a nossa visão àquilo que, embora fundamental, não esgota o universo das possibilidades. A que me refiro? A duas ordens de fatores: por um lado, esse mundo não pode

nem desconhecer, nem se limitar ao mercado. Quem não reconhecer a importância do mercado e da racionalização que o mercado introduz não entende o mundo contemporâneo.

Mas, quem imaginar que, por que existe o mercado e por que o mercado é “racional”, isso, progressivamente, se estenderá ao conjunto da sociedade, também não entende o mundo moderno, porque o mercado é insuficiente e, muitas vezes, é inadequado para a alocação de certos recursos. Ele, muitas vezes, concentra a renda ao invés de distribuí-la. Aliás, a sua tendência é mais de concentrar do que de distribuir.

Portanto, ao reconhecer o mercado como um dos princípios de organização do mundo contemporâneo, não se pode transformar o mercado num valor, a partir do qual se organiza o mundo, porque o mundo não pode ser organizado pelo mercado.

O mesmo se diga com relação ao Estado. Embora seja absolutamente cego imaginar uma sociedade moderna sem Estado, também é cego imaginar que corresponderão ao Estado a organização da produção e também o monopólio da alocação de recursos produzidos, e a distribuição, portanto, seja limitada ao Estado. Quem imaginar que o Estado vai suprir as lacunas existentes também está tão equivocado quanto aqueles que imaginam que o mercado é suficiente para definir as regras de organização da sociedade contemporânea. Nem o Estado é suficiente, nem o mercado o é. Ambos são, entretanto, partes que compõem esse mundo contemporâneo. O que há de novo nele é, precisamente, o terceiro setor. O que há de novo nele é que existem formas dinâmicas, na sociedade, de controle social, de organização de objetivos e até mesmo de generosidade e de solidariedade, que não decorrem nem do princípio racionalizador do mercado, nem do princípio autoritário de distribuição do Estado. São energias novas, cada vez mais incorporadas à fisionomia das sociedades contemporâneas. Trata-se de organizar, criar instrumentos e arenas que possibilitem, de maneira mais adequada, a canalização dessas energias novas da sociedade.

Aqui estou diante de um desses elementos, que é a Universidade Solidária, direcionada a estudantes do Brasil que se dispõem a, voluntariamente, atender a problemas sociais existentes em várias partes do

Brasil, a entrar em contato com as populações carentes, a tratar de estimulá-las e a deixar um germe de revisão das práticas de vida cotidiana e assim por diante.

Esse é um exemplo vivo, concreto. Mas, há muitos, como disse o Doutor Darcy, há muitas formas novas e espontâneas, que precisam ser incentivadas e cultivadas. Por exemplo: há um programa no Rio, chamado Projeto Renascer, direcionado para médicos que atendem a crianças carentes, depois que as crianças já estão em melhores condições, mas dão manutenção. Há um outro programa chamado Sorriso, que diz respeito à atenção, também, dentária a populações pobres. Há organizações, como a Indústria C&A, que também incentiva. Eu estou dando alguns exemplos, pequenos, de formas múltiplas de atuação, que precisam ser incentivadas e multiplicadas.

E, num país como o nosso, de carências imensas, de extensão territorial enorme e de população também muito portentosa, ou nós mobilizamos esses recursos da sociedade, para que ela própria comece, comece não, continue num trabalho de reconstrução das bases de sociabilidade e de inclusão dos que estão fora da sociedade organizada, ou nós não vamos avançar muito, ainda que avancemos no setor organizado. Com isso eu não estou dizendo que, por exemplo, a proposta de os empresários atuarem numa certa área não seja importante. Não estou dizendo que os programas públicos não sejam fundamentais, até porque é responsabilidade do Estado, inerente ao Estado, a universalização dos direitos e, portanto, do acesso à escola, do acesso aos hospitais. Todos esses processos de universalização são a base da igualdade da sociedade democrática e são atributo fundamental do Estado. O Estado tem que se ocupar disso, e vai continuar se ocupando disso, mas sabendo que, ainda assim, o Estado não terá condições e os governos, por mais que eles se organizem – e têm que se organizar e têm que se entrosar em nível municipal, em nível estadual, em nível federal, e esses vários níveis têm que se entrosar com a sociedade civil –, por mais que eles façam, não serão suficientes para atender à multiplicidade de problemas e de programas que devem existir para enfrentar esses problemas na sociedade brasileira. Nós precisamos muito mais do que isso.

É claro que o trabalho voluntário vai ser mais focalizado. O trabalho do Governo tem que ser, até pela Constituição, generalizado. Não pode discriminar. Educação para todos, saúde para todos. Até não podemos discriminar ricos de pobres, porque a Constituição manda que a igualdade cruze as classes. O trabalho voluntário, não. Ele pode, deve e vai atender aos que mais necessitam, naquilo que, naquele momento, parece ser o mais importante, concentrando esforços naquilo que parece, aos que estão organizados para atender a esses problemas, como o essencial.

É, portanto, uma forma também democrática de expansão da preocupação da sociedade com o conjunto dos que vivem num país. É claro que, num país como o nosso, com enorme exclusão social, esses programas voluntários hão de se dirigir, basicamente, aos excluídos, para buscar a sua inclusão. Não exclusivamente a eles. Há muitas formas de trabalho voluntário que não são dirigidos aos excluídos. Mas, é natural que haja uma preocupação, imensa, com os excluídos, porque esses são os que têm mais dificuldade de serem captados pelas redes formais que já existem na sociedade. Então, o informal avança mais diretamente.

Eu creio que, com isso, se criem também formas novas de solidariedade. Formas novas de coesão social. Formas novas de sociabilidade. E se crie um mundo, portanto, não apenas mais democrático, em termos da lei, em termos das garantias de direito, que ao Estado compete, mas mais democrático em termos, também, da convivência humana, que requer, crescentemente, formas de generosidade e, para dizer uma palavra, de solidariedade, não é? São formas de solidariedade que têm que ser incentivadas.

É com esse objetivo, portanto, que o Deputado Paulo Bornhausen apresentou seu projeto, que nós todos, aqui, aplaudimos.

Eu tive a satisfação de sancionar esta lei e me desculpo de ter feito uma exposição um pouco caótica. A responsabilidade é do Cerimonial. Obrigado.

